

25 MAI 1989

Covas renuncia se bancada votar nos cinco anos

CLÓVIS ROSSI

Enviado especial a Brasília

O senador Mário Covas (SP) pode renunciar à liderança do PMDB no Congresso constituinte, se a maioria da bancada votar a favor de um mandato de cinco anos para o presidente José Sarney, tema que está prestes a entrar em discussão.

Pelas contas feitas ontem pelo deputado Geraldo Alckmin (PMDB-SP), Covas já pode começar a preparar o discurso de renúncia: 128 peemedebistas votarão a favor dos cinco anos, contra apenas 110 a favor dos quatro anos. Há ainda 36 listados como indefinidos mas, na grande maioria dos casos, os indefinidos votam pelos cinco anos.

Para concretizar a decisão do senador paulista, falta apenas uma avaliação definitiva a respeito dos riscos de uma mudança de liderança para a votação em segundo turno do texto constitucional aprovado. Entre os liderados de Covas, não há uma posição unânime: há os que acham que a liderança do senador é importante para evitar que passe um rolo compressor conservador sobre o texto aprovado, mas há os que acham que Covas deve sair da liderança e do PMDB o mais depressa possível, como figura catalizadora do novo partido que os chamados "históricos" do PMDB querem criar.

É tão forte a pressão sobre Covas que, na sexta-feira, durante a reunião dos "históricos" para cuidar do novo partido, ele foi instado a candidatar-se à Presidência da República, como forma de consolidar o novo agrupamento, que sequer nome tem ainda. Covas recusou-se, sob o argumento de que um partido que nasce sob a égide de uma candidatura presidencial, já nasce errado. Insistiu em que quer ser candidato ao governo de São Paulo em 1990.

Com ou sem candidatura presidencial de Covas, o novo partido começa hoje a tomar forma mais concreta, em duas reuniões: durante o almoço, os 11 coordenadores informais do novo partido — que já vêm se reunindo há algum tempo — discutirão a pauta que será levada à noite a uma reunião mais ampla, marcada para o Hotel Nacional e para a qual se espera a presença de 50 a 60 pessoas, majoritariamente parlamentares.

"Serão tomadas providências jurídicas, burocráticas e organizacionais para o lançamento do novo partido", antecipa Geraldo Alckmin. Mais: deverá ser marcada para a segunda quinzena de junho um Encontro Nacional destinado a discutir detalhadamente o estatuto e o programa do partido.

O grupo que estuda o estatuto é coordenado pelo ex-deputado gaúcho João Gilberto, enquanto o senador José Richa (PR) centraliza as propostas para o programa, que pingam de vários Estados, não só de militantes do PMDB mas de centros privados de estudos, como o Iepes, do Rio de Janeiro, dirigido pelo cientista político Hélio Jaguaribe, e de universidades estatais, como a Universidade de Brasília.

Além de sugestões, os dissidentes estão recebendo adesões que consideram surpreendentes, como a do grupo de empresários cearenses responsáveis pelo lançamento político do atual governador do Ceará, Tasso Jereissati.

O que falta ao novo partido é a adesão de governadores estaduais. Seus articuladores já dão como certo que, num primeiro momento, não haverá um único governador nos quadros do Partido Popular Democrático ou Partido Democrático Popular ou Novo Partido Democrático, as três sugestões de nomes até aqui lançadas, mas que não entusiasmaram a maioria dos dissidentes.

Num segundo momento, entretanto, espera-se a entrada de pelo menos três governadores: Waldir Pires (BA), Max Mauro (ES) e Henrique Santillo (GO). Os três, se vierem, só virão após as eleições municipais de novembro.

As eleições, aliás, representam outro obstáculo para o grupo: a incerteza a respeito da legislação que regerà o pleito municipal pode acabar inviabilizando candidaturas importantes para o novo partido, como a do deputado Pimenta da Veiga em Belo Horizonte (MG).

A regulamentação do pleito municipal já está no Senado (foi lida na sessão de ontem e deve ser votada na próxima sessão), mas a quantidade de emendas apresentadas é grande e pode dificultar a definição das regras até o prazo fatal para filiações partidárias, marcado para 10 de julho.

Para Covas, entretanto, esse não é um obstáculo: ele disse ontem à Folha que a nova lei eleitoral não interfere na sua posição, que não quis explicitar. Mas, na reunião dos "históricos" da sexta-feira, pela primeira vez em um grupo numeroso de peemedebistas ou ex-peemedebistas, Covas afirmou claramente que vai deixar o PMDB.

A votação do mandato de Sarney pode ser a gota d'água que falta.